

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

1 Nos dias cinco e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, por meio da Plataforma
2 Microsoft Teams, foi realizada a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das
3 Pessoas LGBTQIA+. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Symmy Larrat Brito de
4 Carvalho, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – Secretaria Nacional
5 dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+; Janaina Barbosa de Oliveira, Representante da Rede Nacional
6 de Negras e Negros LGBT (Rede Afro); Agnaldo Cordeiro, Assessor do CNLGBTQIA+; Maalik
7 Franco, Bolsista da Fundação Oswaldo Cruz junto ao CNLGBTQIA+; Amanda Anderson de Souza,
8 Representante do Ministério da Previdência Social (MPS); Renato Lebaneo, Representante da
9 Artgay; André da Silva Lopes, Representante da União Nacional LGBT; Roberto C.; Mayra Souza
10 Chateaubriand, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); José Prado, Representante
11 da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE); Maira Tamques, Representante
12 da Casa Civil; Enzo Gael, Representante do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT);
13 Adelaide Suely de Oliveira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Família e
14 Combate à Fome (MDS); Walmir Siqueira, Representante da Central Única dos Trabalhadores
15 (CUT); Brenda Natacha de Alencar Félix, Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas
16 (ABL); Maraisa Bezerra, Representante do Ministério da Educação (MEC); Hiris Martins,
17 Representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR); Viviane Neves, Representante da
18 Advocacia-Geral da União (AGU); Léo Ribas, Representante LBL; Alisson Pereira, Representante
19 do Ministério da Cultura (MINC); Atanasio Lucero, Representante da Defensoria Pública da União
20 (DPU); Denise Santos Soares, Representante da Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays,
21 Bissexuais, Travestis e Transexuais (ARTJOVEM); Deborah Sabará Alves da Silva, Representante
22 da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

23 (ABGLT); Alana Vargas, Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais
24 (ANTRA); Agnaldo Knevez, Representante do CFSS; Vitor Marcelo Almeida, Representante do
25 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Ronivaldo Matias, Representante
26 do Ministério das Comunicações (MC); Rivania Rodrigues da Silva, Representante da Rede Nacional
27 de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas; Carlos Diego, Representante da Rede Nacional de
28 Operadores de Segurança Pública LGBTI+ (RENOSP); Keila Simpson, Representante da Associação
29 Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG); Niotxaru Pataxó, Representante do
30 Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Rodrigo Moreles Canez; Representante do Ministério do
31 Turismo (MTUR); Girlayne Carvalho Machado, Representante de Mães da Resistência; Chopelly
32 Pereira dos Santos, Representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA);
33 Juliana Cintra, Representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
34 (ABONG).

35 **Abertura da Reunião:** Pauta: *Dia 05/05/2025* - Programação da 4ª Conferência Nacional dos
36 Direitos das Pessoas; - Encontro Nacional de Unidades Prisionais; - Identidade Visual; - Informes; -
37 Licitação do espaço da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. *Dia*
38 *06/05/2025:* - Regimento Interno do Conselho Nacional; - Campanha da Participação Social na
39 Parada LGBTQIA+ SP. A Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho deu início a reunião cumprimentando
40 a todos os conselheiros presentes. Seguidamente, a Sra. Bel inferiu que os Srs. Walmir Siqueira,
41 Marco Antônio Torres e José Prado se debruçaram sobre as tratativas relacionadas ao Regimento e
42 foi combinado, durante outras reuniões, que eles só dariam o informe que o Regimento foi revisado
43 e seria encaminhado para publicação. Adiante, o Sr. Walmir Siqueira considerou que o Regimento já
44 passou por todas as salas que deveriam passar; inserido nos grupamentos e já voltou para a Mesa
45 Diretora e foi alterado conforme o Decreto. Diante disso, já está aprovado e não há mais o que ser
46 debatido esse tema. Posteriormente, o Sr. Alisson Pereira reforçou que foi decidido na penúltima
47 reunião do Conselho que o Regimento já estava com o texto aprovado com as adaptações apontadas
48 pela Consultoria Jurídica, para que não houvesse a necessidade de fazer todo o movimento de
49 aprovação novamente. Informou que ficou acordado com a Mesa Diretora faria as adaptações e a
50 Câmara Técnica faria o comparativo. Em seguida, passou-se ao item: Programação da 4ª Conferência
51 Nacional dos Direitos das Pessoas. Com a palavra, a Sra. Bel inferiu que na reunião realizada ontem
52 (5 de maio de 2025) não foi obtido quórum suficiente. Diante disso, foi ponderada a necessidade de
53 realizar um reajuste da programação da Conferência Nacional, devido aos custos e da dinâmica que

54 foi proposta. Com a economia que será gerada pela alteração da programação, possibilitará a
55 participação de mais conselheiros da Sociedade Civil. Ato contínuo, o Sr. André da Silva Lopes
56 solicitou que a Assessoria Técnica possa apresentar as alterações que foram propostas na
57 programação da Conferência Nacional. Após, uma das partícipes informou que foi debatido sobre os
58 dois dias de conferência. Diante disso, houve uma avaliação pelos conselheiros que estavam
59 presentes, principalmente depois da visita que foi realizada ao local do evento e em diálogo com a
60 empresa, que somente o CICB garantiu acessibilidade, algo extremamente importante. Sendo assim,
61 foi necessário revisitar o projeto para tentar encaixar e garantir as passagens da Sociedade Civil. Para
62 tal, um dos itens que foi revisado necessita da alteração na programação que já havia sido feita. Então,
63 foi sugerido e consultada a Comissão de Metodologia se haveria um grande impacto, e a avaliação
64 foi de que essa atitude poderia auxiliar no processo. Diante disso, as palestras poderiam ser realizadas
65 na quarta-feira e os grupos de trabalhos fizessem sua apresentação na quinta-feira. Finalizou sua fala
66 informando que essas informações foram encaminhadas a todos os conselheiros. Em resposta, o Sr.
67 André da Silva Lopes pontuou que o Grupo dos conselheiros no WhatsApp não é uma forma de
68 deliberação, então se na reunião de ontem (5 de maio de 2025) não obteve-se quórum, não houve
69 deliberação, pois é importante compreender o que é uma reunião deliberativa e o que é o grupo de
70 aplicativo de mensagens. Reforçou que sua fala é no sentido de não haver problemas administrativos
71 posteriormente. Seguidamente, a Sra. Keila Simpson ratificou que não foi deliberado nenhuma
72 questão no grupo de conselheiros do WhatsApp. O que havia sido proposto era encaminhar o
73 documento para que quem não conseguiu participar da reunião pudesse fazer a leitura e ser deliberado
74 na reunião de hoje (6 de maio de 2025). Foi apenas uma comunicação. Adiante, a Sra. Janaina Barbosa
75 de Oliveira manifestou que a Rede Afro está de acordo com a alteração da programação e que havia
76 considerado sua opinião no grupo do WhatsApp, a partir do momento em que o documento tornou-
77 se público. Ressaltou que é importante realizar o esforço de acompanhar a leitura dos documentos
78 que são propostos para conseguir, minimamente, ter uma manifestação sobre o tema. Em resposta, o
79 Sr. André da Silva Lopes pontuou que a União Nacional LGBT tem compromisso com a pauta como
80 todas as entidades do Conselho Nacional. Inferiu também sobre a necessidade de compreender que
81 as reuniões virtuais, pela manhã, dificultam; e que o grupo de WhatsApp não é fórum de deliberação.
82 Posteriormente, a Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho questionou, e para não gerar nenhum tipo de
83 ruído, se algum conselheiro possuía algum tipo de encaminhamento ou deliberação acerca do assunto.
84 E não havendo nenhuma consideração, deu-se por aprovada a alteração na programação da

85 Conferência Nacional. Em seguida, passou-se ao item: Encontro Nacional de Unidades Prisionais.
86 Com a palavra, a Sra. Deborah Sabará Alves da Silva informou que acompanha, no estado do Espírito
87 Santo, a Unidade PSM-2, que é destinada para a população LGBT. Diante disso, considerou que se
88 sente preocupada pelo conselho não conhecer tanto e não possuir informações sobre como estão as
89 unidades e como as pessoas LGBT's, que vivem em privação de liberdade, se encontram. Sendo
90 assim, inferiu que encaminhou um ofício ao Conselho Nacional LGBT para que possa ser pensado
91 nessas unidades, quantas são, quais estados possuem, para que sejam monitoradas também como
92 outras instituições, outros mecanismos da população LGBT privada de liberdade. Ato contínuo, o Sr.
93 Carlos Diego pontuou que a ideia da conselheira é excelente, e acrescentou que seria importante fazer
94 um grande levantamento. Considerou que pode solicitar ao SENAPPEN, pois possui um contato na
95 referida secretaria, para que eles possam encaminhar o levantamento das Unidades Prisionais
96 Nacionais e quais seriam as alas específicas e se eles possuem. A partir dos dados coletados, propôs
97 que seja realizada uma atuação do conselho. Após, a Sra. Alana Vargas inferiu que a proposta
98 colocada pela Sra. Deborah Sabará Alves da Silva já havia sido discutida na Mesa Diretora e,
99 justamente com a relação as despesas e orçamento que está bem difícil para a Conferência Nacional.
100 Considerou que é importante apoiar, e reforçou que a ANTRA fez um trabalho de inspeção dentro
101 dos presídios e que ele pode ser utilizado como estratégia para essa pauta. Seguidamente, a Sra.
102 Symmy Larrat Brito de Carvalho ponderou, acerca do encaminhamento sugerido pelo Sr. Carlos
103 Diego que é importante oficializar a SENAPPEN para que não haja problemas futuros. Adiante, seguiu-
104 se ao item: Identidade Visual da Conferência Nacional. A Sra. Bel informou que a proposta era que
105 o lançamento da identidade visual da conferência fosse lançado hoje (6 de maio de 2025), de forma
106 virtual, porém, por algumas questões de saúde as conselheiras, Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho
107 e a Sra. Janaina Barbosa de Oliveira não puderam fazer a gravação. Pontuou também que foi realizada
108 uma primeira matéria acerca do tema, que será compartilhada no site do Ministério dos Direitos
109 Humanos e Cidadania; e reforçou que o site da Conferência Nacional deve estar no ar em breve, para
110 que haja uma maior visibilidade das organizações entidades. Posteriormente, a Sra. Symmy Larrat
111 Brito de Carvalho considerou que fará um esforço para que consiga gravar os vídeos da campanha de
112 divulgação amanhã (7 de maio de 2025). Também reforçou que podem ser realizados outras formas
113 de divulgação como uma logomarca, um vídeo apenas com áudio e algumas imagens, para que o
114 cronograma não seja atrasado. Em seguida, passou-se ao item: Campanha da Participação Social na
115 Parada LGBTQIA+ SP. Com a palavra, a Sra. Bel informou que houve uma reunião com a Mesa

116 Diretora para que as Organizações da Sociedade Civil pudessem indicar quais os conselheiros e
117 representantes iriam participar da Parada LGBT do Estado de São Paulo. Ponderou que o prazo para
118 essas indicações seria até a semana passada e que seria importante garantir pelo menos umas cinco
119 pessoas no evento. Ato contínuo, a Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho informou que todos os anos
120 o Conselho Nacional lança uma campanha na época do evento da Parada LGBT, e o de 2025 terá
121 como tema a Participação Social, devido a realização da Conferência Nacional. Após, o Sr. André da
122 Silva Lopes parabenizou a Presidente pelo papel desempenhado na Secretaria, mas inferiu que não
123 conseguiu compreender o motivo pelo qual a Mesa Diretora não definiu tão bem o ambiente da fala
124 de um papel de Controle Social que o conselho tem feito, tão importante. Questionou também acerca
125 de quem ficou responsável de consultar as entidades sobre a indicação dos representantes, pois não
126 houve nenhuma consulta. Seguidamente, a Sra. Symmy Larrat Brito de Carvalho informou que a
127 Secretaria conversou e achou por bem que se deveria falar sobre Participação Social, pois,
128 internamente, há sentido, tendo em vista que todas as vezes que algum ministério deseja realizar
129 alguma atividade voltado ao tema LGBT, sempre são atacados. Diante disso, pensando no
130 engajamento da população LGBT e no processo de participação, surgiu esse tema. Sendo assim, foi
131 realizado o convite a Mesa Diretora. Para isso foi proposto, e devido ao ano conferencial, que alguns
132 conselheiros, além dos que são do estado de São Paulo, possam participar do evento. Em resposta, o
133 Sr. André da Silva Lopes pontuou que a o papel da Mesa Diretora é encaminhar as questões para as
134 organizações, pois tem o papel de tomar decisões administrativas, mas não de tomar as decisões do
135 Pleno. Reforçou que não viu a arte da campanha e que é importante que haja um posicionamento da
136 Presidente do Conselho Nacional. Ressaltou que considera necessária a Participação Social. Adiante,
137 a Sra. Bel pontuou que o debate, na verdade, é para que o conselho decida se vai assinar a campanha
138 com a secretaria ou não. Sinalizou que esse nunca foi um debate dentro do Pleno, pois as peças ainda
139 não foram produzidas e nem todos os conselheiros haviam sido consultados. **Encerramento:**
140 Finalizadas as discussões, a reunião foi encerrada.